



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2010

O Tribunal de Contas do Estado de Goiás por intermédio de seu Pregoeiro e Equipe de Apoio designados pela Portaria nº 296/2010, de 15 de abril de 2010, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberta, nesta unidade, licitação na modalidade **Pregão** (presencial), tipo **Menor Preço** (global), a ser realizada em sessão pública presencial a partir das **09:00 horas** (horário de Brasília-DF) do dia **20/10/2010**, oriunda do Processo nº 201000047002278, destinado a aquisição veículos, tipo pick up, conforme condições e demais especificações estabelecidas no Edital e seus anexos, Lei estadual nº 16.920 de 08 de fevereiro de 2010, Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006 e demais normas regulamentares aplicáveis. O Edital de Licitação encontra-se disponível no endereço citado abaixo ou no site www.tce.go.gov.br.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS

PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

Praça Pedro Ludovico Teixeira nº 332, Centro, Goiânia-GO

Fone/Fax: (0-xx-62) 3201-9028

Victor Deusdara Cruvinel

Pregoeiro



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

RECIBO DO EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2010

(FAVOR ENVIAR VIA FAX)

A licitante interessada em participar deste Pregão deverá, para possibilitar comunicações consideradas importantes por parte do Pregoeiro, enviar este recibo ao Comissão Permanente de Licitação pelo fone/fax 0-xx-62-3201-9176, contendo os seguintes dados:

NOME DA LICITANTE: _____

C.N.P.J.: _____

ENDEREÇO: _____

CEP: _____ CIDADE: _____ ESTADO: _____

TELEFONE: _____

FAX: _____

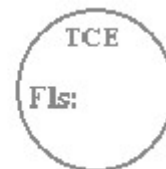
E-MAIL: _____

PESSOA PARA CONTATO: _____

DATA: _____

(assinatura)

OBS: Toda informação adicional deste certame será divulgada conforme exigência em lei. Faz-se saber que o não envio deste documento preenchido corretamente, exime a Administração da obrigação de qualquer eventual informação deste Pregão diretamente à licitante.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2010 – TCE-GO

O **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS – TCE-GO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 02.291.730/0001-14, com sede em Goiânia, capital do Estado de Goiás, na Praça Pedro Ludovico Teixeira nº 332, Centro, telefones: (62) 3201-9028 e (62) 3201-9060, por intermédio do pregoeiro e da equipe de apoio instituída pela **Portaria nº 296/2010**, torna público o edital de **PREGÃO PRESENCIAL nº 008/2010**, Processo nº **201000047002278**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, licitação que será regida Lei estadual nº 16.920, de 08 de fevereiro de 2010 e subsidiariamente, no que couber, pelas disposições contidas na Lei Complementar nº 123/06, pelas demais normas regulamentares aplicáveis à espécie e as regras deste edital e nos seguintes anexos que o integram:

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO II- ORÇAMENTO ESTIMADO

ANEXO III- ESPECIFICAÇÕES E AVALIAÇÃO 02 (DOIS) VEÍCULOS USADOS DE PROPRIEDADE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS

ANEXO IV - ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DOS VEÍCULOS NOVOS

ANEXO V – TERMO DE VISTORIA

ANEXO VI – DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO A HABILITAÇÃO

ANEXO VII – PLANILHA MODELO DE PROPOSTA

ANEXO VIII – OUTRAS DECLARAÇÕES

LOCAL DE REALIZAÇÃO DO PREGÃO: Praça Pedro Ludovico Teixeira nº 332, Centro, Goiânia – Goiás, Edifício sede do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, Bloco C, 3º andar, Sala da Coordenação de Fiscalização Estadual do TCE-GO.

DATA: 20/10/2010

HORA: 09h00

O edital e as informações complementares poderão ser obtidas pela internet no site: www.tce.go.gov.br, pelo e-mail: cpl@tce.go.gov.br, ou junto ao pregoeiro e/ou equipe de apoio no endereço ou telefones indicados no preâmbulo deste edital (Bloco C, 3º Andar, Coordenação de Fiscalização Estadual – CFE).

A proposta comercial e a documentação, relativas à licitação, serão recebidas na data, horário e local acima informados ou, caso não haja expediente nesta data, no primeiro dia útil subsequente, quando as licitantes deverão apresentar dois envelopes devidamente fechados, designados **ENVELOPE Nº 01**, contendo a proposta comercial, e **ENVELOPE Nº 02**, contendo a documentação comprobatória de sua habilitação, os quais deverão indicar expressamente, na parte externa, o seguinte:

AO SR. PREGOEIRO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2010

EMPRESA: (indicar a razão social da empresa)

ENVELOPE Nº 01 – PROPOSTA COMERCIAL

AO SR. PREGOEIRO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2010

EMPRESA: (indicar a razão social da empresa)

ENVELOPE Nº 02 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

1. OBJETO DO PREGÃO

1.1. A presente licitação tem por objeto a aquisição de **aquisição de 02 (dois) veículos, do tipo pick up, conforme especificações constantes no Anexo I – Termo de Referência**, que faz parte deste edital.

2. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E TRATAMENTO DIFERENCIADO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

2.1. A participação nesta licitação implica a aceitação, plena e irrevogável, das normas constantes no presente edital e nos seus anexos.

2.2. Não poderão participar deste pregão empresas que estejam enquadradas nos seguintes casos:

2.2.1. concordatária ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;

2.2.2. que tenha sido declarada inidônea pela Administração Pública e, caso participe do processo licitatório, estará sujeita às penalidades previstas no Art. 97, parágrafo único da Lei federal 8.666/93;

2.2.3. que esteja suspensa de licitar junto ao CADFOR – Sistema Eletrônico de Administração de Compras e Serviços do Estado de Goiás – SEACS e ainda aqueles que não estiverem com cadastro homologado no CADFOR;

2.2.4. que esteja reunida em consórcio ou coligação.

2.3. Uma só pessoa não poderá representar duas ou mais empresas participantes.

2.3.1. O representante legal ou procurador da licitante poderá, a qualquer tempo, ser substituído por outro, desde que devidamente credenciado, devendo ser observada a restrição constante do sub item 2.3.

2.4. É facultado ao pregoeiro ou a qualquer autoridade superior:

2.4.1. a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, em qualquer fase do pregão, sendo vedada a inclusão posterior de documento obrigatório que deveria constar originariamente da proposta;

2.4.2. relevar erros formais ou simples omissões em quaisquer documentos, para fins de habilitação e classificação do proponente, desde que sejam irrelevantes, não firam o entendimento da proposta e o ato não acarrete violação aos princípios básicos da licitação;

2.4.3. convocar as licitantes para quaisquer esclarecimentos porventura necessários ao entendimento de suas propostas.

2.5. O Tribunal de Contas do Estado de Goiás poderá revogar o presente pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

2.6. Em obediência ao que dispõe o art. 15 da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei da Responsabilidade Fiscal - a adjudicação e consequente emissão de Nota de Empenho para a contratação das licitantes vencedoras deste pregão ficam condicionadas à liberação do respectivo recurso orçamentário, respeitado o prazo de validade da proposta.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

2.7. As dúvidas decorrentes da interpretação deste edital, as impugnações e os pedidos de informações adicionais que se fizerem necessários à elaboração das propostas deverão ser apresentadas ao pregoeiro, por escrito, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis da data de abertura da licitação, no horário e endereço constantes do preâmbulo deste edital.

2.7.1. As dúvidas e os pedidos de informação de que trata o sub item anterior não constituirão motivos para que se altere a data e o horário do pregão;

2.7.2. As dúvidas e pedidos de informação, bem como as respostas fornecidas, deverão ser divulgadas a todos os que retirarem o edital, resguardado o sigilo quanto à identificação da empresa consulente;

2.7.3. Caberá ao pregoeiro decidir sobre os pedidos de impugnação no prazo de 3 (três) dias úteis;

2.7.4. Quando acolhida a petição de impugnação a este edital, será designada nova data para a realização deste pregão.

2.8. As alterações que venham a ocorrer no edital serão divulgadas pela mesma forma com que se deu a divulgação do texto original, reabrindo-se o prazo estabelecido, salvo se a alteração, inquestionavelmente, não afetar a formulação das propostas.

2.9. As situações não previstas neste edital, inclusive as decorrentes de caso fortuito ou de força maior, serão resolvidas pelo pregoeiro ou pela autoridade competente, desde que pertinentes com o objeto do pregão e observada a legislação.

2.10. Este edital e seus anexos, bem como a proposta vencedora, farão parte integrante do instrumento de contrato.

2.11. As empresas licitantes assumem todos os custos com a preparação e apresentação de suas propostas, independentemente da condução ou resultado do processo licitatório.

2.12. As licitantes são responsáveis pela veracidade das informações e autenticidade dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

2.13. A licitante que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, facultadas as supressões além desse limite, mediante acordo entre a contratante e a contratada.

2.14. Não poderão se beneficiar do regime diferenciado e favorecido em licitações concedido às microempresas e empresas de pequeno porte pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, licitantes que se enquadrem em qualquer das exclusões relacionadas no artigo terceiro da referida Lei.

2.15. Conforme estabelecido na Lei Complementar nº 123/2006, será assegurada preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

2.15.1. Para usufruir dos benefícios estabelecidos nesta Lei, a licitante que se enquadrar como microempresa ou empresa de pequeno porte, conforme definido nesta Lei, deverá declarar-se como tal no início da sessão pública do Pregão, se comprometendo a apresentar a documentação comprobatória caso venha a vencer o certame utilizando-se do benefício (Certidão emitida pela Junta Comercial ou outro documento que comprove o devido enquadramento na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte);



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

2.15.2. Após a fase de lances, as licitantes que se declararam microempresas ou empresas de pequeno porte e que se enquadrarem nos critérios de empate (art. 44) passarão aos procedimentos descritos no art. 45 da Lei Complementar nº 123/2006. O pregoeiro convocará a primeira empresa para novo lance e cronometrar o prazo de 05 (cinco) minutos;

2.15.3. Não ocorrendo o lance, o sistema convocará a próxima microempresa ou empresa de pequeno porte empatada e assim sucessivamente, até a ocorrência de um lance ou a desistência de todas as licitantes aptas a usufruir do benefício. Definido o novo vencedor ou mantido o lance originalmente vencedor, a sessão do Pregão transcorrerá sem alterações.

2.16. As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre as interessadas, observados os direitos das participantes.

3. CREDENCIAMENTO

3.1. As licitantes deverão estar previamente cadastradas junto ao Cadastro de Fornecedores – CADFOR. Para cadastramento, renovação cadastral e regularização, o interessado deverá atender a todas as condições estabelecidas no art. 85, § 2º da Lei estadual nº 16.920/2010, até o 5º (quinto) dia útil anterior à data de abertura das postostas;

3.1.1. Não havendo pendências documentais será emitido o CRRC - Certificado de Regularidade de Registro Cadastral no prazo de 04 (quatro) dias úteis contados do recebimento da documentação;

3.1.2. A licitante que queira se cadastrar no CADFOR poderá solicitar a relação de documentos através do site: www.comprasnet.go.gov.br e endereçar a documentação correspondente conforme determinado neste "site".

3.2. O representante da empresa, entendendo-se como tal seu proprietário, sócio, dirigente ou assemelhado, ou procurador, deverá apresentar-se ao pregoeiro para fins de credenciamento, munido dos documentos abaixo relacionados, com o que será o único admitido a intervir nas fases do pregão, respondendo por sua representada:

a) carteira de Identidade ou outro documento de identificação oficial equivalente (original e uma cópia);

b) no caso de procurador: instrumento público ou particular de procuração onde esteja declarado expressamente ter poderes para formular ofertas e lances de preços, negociar preços diretamente com o pregoeiro e praticar todos os demais atos pertinentes ao pregão, em nome do proponente;

b.1) no caso de instrumento particular de procuração, deverá vir acompanhado de cópia do ato de investidura do outorgante (contrato social ou similar);

c) no caso de sócio da empresa, proprietário, dirigente ou assemelhado, deverá apresentar documento comprobatório de capacidade para representar a empresa (CONTRATO SOCIAL OU EQUIVALENTE), no qual estejam expressos os poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

3.3. Os documentos que credenciam o representante deverão ser entregues separadamente dos ENVELOPES nº 01 e nº 02 (PROPOSTA COMERCIAL e DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO), tão logo sejam estes solicitados pelo pregoeiro.

3.4. A não apresentação ou a incorreção do credenciamento não inabilitará a licitante, mas impedirá seu representante de se manifestar durante as fases do pregão, de ofertar lances verbais, e de praticar os demais atos inerentes ao certame em nome da empresa.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

3.5. Os documentos exigidos em qualquer fase deste pregão poderão ser apresentados em original ou cópia autenticada, seja por cartório competente, seja pelo pregoeiro e membros de sua equipe de apoio à vista do respectivo original, ou ainda por publicação em órgão de imprensa oficial.

4. PROPOSTAS COMERCIAIS

4.1. No ENVELOPE nº 01 - PROPOSTA COMERCIAL, deverá conter a proposta comercial, apresentada na forma do **Anexo III**, com observância das seguintes exigências:

a) ser datilografada ou impressa por processo eletrônico, em língua portuguesa, sem alternativas, emendas, rasuras, ressalvas ou entrelinhas;

b) ser datada, assinada e rubricada em todas as folhas pelo representante legal da empresa ou pelo procurador, com poderes para tanto. Deverá constar o nome legível da pessoa que assina;

c) possuir a Razão Social e o CNPJ da licitante;

d) conter indicação do prazo de validade da proposta, não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de abertura da mesma, **declarando** que, nesse prazo, os preços constantes na proposta ou em seu lance de menor valor são fixos e irrevogáveis. Em caso de omissão do prazo de validade, presumir-se-á 60 (sessenta) dias.

4.2. Sob pena de desclassificação da empresa licitante, a proposta deverá estar assinada pelo representante legal da empresa ou pelo procurador.

4.3. Havendo divergência entre o preço unitário e total, prevalecerá o unitário e, existindo divergência entre o valor em algarismo e por extenso, prevalecerá este último.

4.3.1. Constatada a divergência prevista no item anterior, o pregoeiro efetuará as correções necessárias.

4.4. Serão desclassificadas as propostas apresentadas em desacordo com este edital.

4.5. Após a apresentação da proposta não cabe desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.

4.6. Todas as empresas deverão cotar seus preços com todos os tributos cabíveis inclusos. A definição da licitante vencedora, por uma questão de isonomia, tomará como base os preços cotados com todos os tributos inclusos.

4.7. A licitante deverá apresentar Proposta Comercial, devendo o preço incluir todos os custos diretos e indiretos, tributos, etc. constituindo assim, a única remuneração pelo objeto a ser contratado.

4.8. Quaisquer tributos, custos e despesas diretas ou indiretas omitidos na proposta ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo aceitos pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer outro título.

5. SESSÃO DO PREGÃO

5.1. No local, data e horário indicados no preâmbulo deste edital, será dado início à sessão do pregão, sendo recomendável a presença dos participantes, 15 (quinze) minutos antes do horário previsto para a sua abertura.

5.1.1. É facultado ao pregoeiro, antes da abertura dos trabalhos, e, no horário destinado ao início do pregão, discorrer aos presentes sobre como se desenvolverá a sessão do pregão;



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

5.1.2. O pregoeiro, com o auxílio da equipe de apoio, solicitará aos representantes que apresentem os documentos na forma do item 3 deste edital, passando à identificação e credenciamento de 1 (um) representante por empresa participante.

5.2. ABERTURA DA SESSÃO

5.2.1. Concluída a fase de credenciamento, as licitantes deverão entregar ao pregoeiro a declaração de pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação, Anexo II e os envelopes da proposta de preço e dos documentos de habilitação;

5.2.2. Após o encerramento da fase de credenciamento, o pregoeiro declarará aberta a sessão do pregão, após o que não serão mais admitidos novos proponentes;

5.2.3. Iniciada a sessão pública do pregão, não cabe desistência da proposta, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro;

5.2.4. **RECEBIMENTO DOS ENVELOPES** – A seguir, o pregoeiro providenciará o recolhimento do ENVELOPE Nº 01 – PROPOSTA COMERCIAL e do ENVELOPE Nº 02 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO;

5.2.5. ABERTURA DO ENVELOPE Nº 01 - o pregoeiro procederá à abertura dos envelopes contendo as propostas de preços e classificará o autor da proposta de menor preço e aqueles que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço.

5.3. LANCES VERBAIS

5.3.1. Não havendo pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas no sub item 5.2.5, somente participarão da rodada de lances verbais e sucessivos a proposta de menor preço e as (02) duas melhores propostas subsequentes, quaisquer que sejam os preços oferecidos, totalizando (03) três propostas;

5.3.2. Serão realizadas tantas rodadas de lances quantas sejam necessárias à definição do menor lance para o valor do lote do Termo de Referência - ANEXO I.

5.3.2.1. Entende-se por uma “rodada” cada oportunidade dada aos participantes, de ofertar, verbalmente, lance que seja inferior ao menor preço ofertado até aquele momento.

5.3.3. Durante as rodadas, será permitido às licitantes o uso de celulares ou outros meios de comunicação, para consulta à empresa que representa, pelo tempo disponibilizado pelo pregoeiro. Os veículos de comunicação deverão ser providenciados pelas licitantes;

5.3.4. Só serão aceitos os lances cujos valores forem inferiores aos anteriormente propostos pela mesma licitante que tenha sido anteriormente registrado no sistema, obedecendo, quando houver, ao percentual ou valor mínimo exigido entre os lances;

5.3.5. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido em primeiro lugar;

5.3.6. As empresas que não estiverem representadas na sessão do pregão para participação dos lances verbais, mas que se enquadrem em uma das situações contidas nos sub itens 5.2.5 ou 5.3.1, terão como menor e definitivo preço ofertado para o lote, aquele constante em sua PROPOSTA COMERCIAL e serão contadas para efeito de totalização das três empresas de que trata o sub item 5.3.1;

5.3.7. O pregoeiro definirá e apresentará as empresas que participarão da rodada de lances verbais e dará início à convocação para a oferta de lances;



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

5.3.8. A convocação para a oferta de lances, pelo pregoeiro, terá como referencial os valores ofertados pelas empresas, iniciando-se com a empresa que tenha ofertado o maior preço em sua proposta comercial e finalizando com a de menor preço, devendo o lance ofertado ser inferior ao anteriormente proposto pela mesma licitante;

5.3.9. A cada nova rodada será efetivada a classificação momentânea das propostas, o que definirá a sequência dos lances seguintes;

5.3.10. A apresentação de lance é facultativa; entretanto, a desistência em apresentar lance verbal, quando convocada pelo pregoeiro, implicará na exclusão da licitante daquela etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pela licitante, para efeito de ordenação das propostas;

5.3.11. Havendo apenas uma proposta, desde que atenda a todas as condições do edital e estando o seu preço compatível com os praticados no mercado, poderá ela ser aceita, devendo o pregoeiro negociar, visando a obter preço melhor;

5.3.12. Declarado o encerramento da etapa competitiva, o pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira oferta classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito;

5.3.13. Em caso de ocorrência de participação de licitante que detenha a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte nos termos da Lei Complementar nº 123/06, será verificada a ocorrência de empate, entendendo-se por empate aquela situação em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada. Nesse caso será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte;

5.3.13.1. Para efeito do disposto no item acima, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

a) a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada detentora da melhor oferta no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão;

b) não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, o convocar-se-á as remanescentes, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

5.3.14. Havendo empate, respeitado o disposto nos itens 5.3.13 e 5.3.13.1. acima, no caso de todas licitantes desistirem da fase de lances e se negarem a negociar com o Pregoeiro, serão utilizados para fins de desempate os seguintes critérios:

a) o disposto no § 2º do Art. 4º da Lei estadual nº 16.920/2010;

b) sorteio, em ato público, para a qual todas as licitantes serão convocadas.

5.3.15. Na hipótese da não contratação nos termos previstos no item 5.3.13 e 5.3.14, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente detentora da melhor oferta;

5.3.16. Quando nenhuma licitante apresentar proposta válida, isto é, todas licitantes forem consideradas desclassificadas, a licitação será considerada fracassada.

5.4. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

5.4.1. O critério de julgamento é baseado no menor preço **global**;



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

5.4.2. Considerar-se-á vencedora do lote aquela que, tendo sido aceita, estiver de acordo com os termos deste Edital e seus Anexos, ofertar o menor preço, após a fase de lances e aplicação dos critérios de desempate da Lei Complementar nº 123/2006, e ainda, for devidamente habilitada após apreciação da documentação, salvo a situação prevista no item 5.4.9 deste Edital;

5.4.3. Encerrada a etapa de lances, e a qualquer momento, o Pregoeiro poderá ofertar contraproposta diretamente à licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que possa ser obtida melhor proposta, bem como decidir sobre sua aceitação;

5.4.4. Caso não se realizem lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e o valor estimado da contratação;

5.4.5. Havendo apenas uma oferta e desde que atenda a todos os termos do Edital e que seu preço seja compatível com o valor estimado da contratação, esta poderá ser aceita;

5.4.6. Sendo aceitável a oferta de menor preço, o pregoeiro informará quem é a licitante detentora da melhor oferta, respeitada as disposições dos itens 5.3.13 e 5.3.14;

5.4.7. Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, será adjudicado o objeto para a licitante que apresentou proposta do menor preço final, ressalvado o previsto no item 5.4.9, deste Edital.

5.4.8. Na hipótese da proposta ou do lance de menor valor não ser aceito ou se a licitante detentora da melhor oferta desatender às exigências habilitatórias, salvo na situação prevista no item 5.4.9, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação.

5.4.9. Será desclassificada a proposta que:

a) for elaborada em desacordo com as exigências do Edital e seus Anexos;

b) for cotada com valor superior aos praticados no mercado ou com preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não tenham conseguido demonstrar sua viabilidade por meio de documentação que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e de que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato;

c) apresentar proposta alternativa tendo como opção de preço ou marca, ou oferta de vantagem baseada na proposta das demais licitantes.

5.4.10. Caso ocorra desclassificação ou inabilitação por responsabilidade exclusiva da licitante, a mesma poderá sofrer as sanções previstas neste Edital.

5.4.11. O prazo de validade da proposta será de, no mínimo, 60 (sessenta) dias.

5.4.12. Da sessão pública do Pregão, será gerada ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes, que estará disponível para consulta no site www.tce.go.gov.br.

5.4.13. O resultado final será disponibilizado no site: www.tce.go.gov.br, para intimação e conhecimento dos interessados.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

5.5. HABILITAÇÃO

5.5.1. O ENVELOPE Nº 02, contendo a documentação comprobatória de habilitação, deverá ser entregue em envelope não-transparente e fechado.

5.5.2. A habilitação da licitante detentora da melhor oferta será verificada ao final da etapa de lances. A licitante deverá estar registrada no CADFOR (Cadastro de Fornecedores do sistema [SE@CS](#) do Estado de Goiás), com o seu CRRC (Certificado de Regularidade de Registro Cadastral) em vigência, compatível com o objeto licitado.

5.5.3. A licitante regularmente cadastrada fica desobrigada de apresentar os documentos exigidos nos sub-itens 5.5.4.1, 5.5.4.2 e 5.5.4.3 do item 5.5.4 deste Edital, desde que estejam com regularidade e com suas datas de vencimento em vigor na data da realização da sessão.

5.5.4. Para habilitar-se nesta licitação, as licitantes deverão apresentar a documentação que segue:

5.5.4.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

a) registro comercial, no caso de empresário;

b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e respectivas alterações, devidamente registrado na Junta Comercial, no qual estejam expressos os poderes dos titulares para exercer direitos e assumir obrigações em nome da empresa. No caso de sociedade por ações e demais sociedades empresárias que elejam seus administradores em atos apartados, deverão ser apresentados tais documentos, devidamente registrados na Junta Comercial, dispensada a sua apresentação nesta fase caso o respectivo documento já tenha sido apresentado na fase de credenciamento;

c) inscrição no registro competente do ato constitutivo, no caso de sociedades civis ou não empresárias, acompanhado de prova de investidura ou nomeação da diretoria em exercício;

d) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

5.5.4.2. REGULARIDADE FISCAL

a) inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF);

b) inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto ora licitado;

c) certidão(ões) negativa(s), ou certidão(ões) positiva(s) com efeitos de negativa, comprovando a regularidade perante a Receita Federal e a Dívida Ativa da União;

d) certidão negativa, ou certidão positiva com efeitos de negativa, emitida pelo Município relativo ao domicílio ou sede da licitante, comprovando a regularidade para com a Fazenda Municipal;

e) certidão negativa, ou certidão positiva com efeitos de negativa, emitida pelo Estado de Goiás;

f) certificado de regularidade de situação do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal – CEF, comprovando a regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

g) certidão negativa de débito – CND, ou certidão positiva com efeito de negativa, comprovando a regularidade perante a seguridade social (INSS);

5.5.4.2.1. No caso de constatação de existência de irregularidade fiscal referente à microempresa ou empresa de pequeno porte serão adotados a prerrogativa e os procedimentos previstos nos artigos 42 e 43 da Lei Complementar nº 123/2006.

5.5.4.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

a) certidão negativa de pedido de falência ou recuperação judicial, expedida na sede da pessoa jurídica;

a.1) as licitantes cuja sede esteja situada fora da capital do Estado de Goiás deverão apresentar relação dos cartórios de distribuição da comarca que expedem a certidão, emitida pelo órgão competente, bem como uma certidão emitida por cada cartório distribuidor.

5.5.4.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) atestado(s) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove(m) que a licitante forneceu ou está fornecendo serviços da mesma natureza ou similares ao da presente licitação, devendo o(s) documento(s) conter o nome, o endereço e o telefone de contato do(s) atestador(es), ou qualquer outra forma de que seja possível manter contato com a(s) empresa(s) declarante(s);

5.5.4.5. OUTRAS DECLARAÇÕES – ANEXO VIII

a) Declaração expressa de que a empresa cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e art. 118, inciso V, da Lei estadual nº 16.920, de 08 de fevereiro de 2010;

b) Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação.

5.5.4.6 As declarações e os documentos incorretos, ausentes e/ou omissos que possam ser substituídos imediatamente ou obtidos por meio eletrônico, não acarretarão a inabilitação da licitante, desde que a falha formal seja sanada no próprio ato de habilitação;

5.5.4.7 As certidões que não possuírem prazo de validade serão consideradas a partir da data de emissão, que não poderá ser superior a 90 (noventa) dias da data prevista para a entrega dos envelopes;

5.5.4.8. A aceitação das certidões extraídas via Internet fica condicionada à prévia averiguação, pelo pregoeiro, de sua veracidade, mediante conferência no respectivo site;

5.5.4.9. Os documentos deverão ser apresentados em original ou cópia autenticada, seja por cartório competente, seja pelo pregoeiro e membros de sua equipe de apoio à vista do respectivo original, ou ainda por publicação em órgão de imprensa oficial;

5.5.4.10. Sob pena de inabilitação da licitante, os documentos de habilitação deverão ser assinados pelo representante legal da empresa ou pelo procurador da mesma, devendo constar nestes a assinatura e o nome legível do subscritor;

5.5.4.11. Serão consideradas inabilitadas as licitantes que deixarem de apresentar a documentação solicitada ou apresentarem-na incompleta.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

6. RECURSOS

6.1. Qualquer licitante poderá manifestar motivadamente, a intenção de interpor recurso contra a decisão do Pregoeiro, explicitando sucintamente suas razões, no prazo máximo de 10 (dez) minutos após abertura do prazo recursal pelo pregoeiro.

6.2. A intenção motivada de recorrer é aquela que identifica, objetivamente, os fatos e o direito que a licitante pretende que sejam revistos pelo Pregoeiro.

6.3. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará decadência do direito de recurso.

6.4. À licitante que manifestar intenção de interpor recurso será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentarem, contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

6.5. Não serão conhecidos os recursos interpostos após os respectivos prazos legais.

6.6. O recurso contra a decisão do Pregoeiro terá efeito suspensivo para o(s) item (ns) que disser respeito, cabendo à autoridade competente julgá-lo no prazo de 3 (três) dias úteis.

6.7. O acolhimento do recurso pelo Pregoeiro ou pela autoridade competente importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

6.8. Decidido(s) o(s) recurso(s) e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente adjudicará o objeto à licitante vencedora.

6.9. A decisão em grau de recurso será definitiva e dela dar-se-á conhecimento as interessadas, através de comunicação, por escrito via fax e divulgação nos "sites" pertinentes.

7. ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

7.1. Inexistindo manifestação recursal, o Pregoeiro adjudicará o objeto da licitação ao fornecedor vencedor, com a posterior homologação do resultado pela autoridade competente.

7.2. Decididos os recursos, porventura interpostos, e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente adjudicará o objeto à licitante vencedora e homologará o procedimento licitatório.

7.3. A homologação da presente licitação compete ao Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Goiás ou a pessoa cuja esta competência tenha sido delegada.

8. IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS

8.1. As impugnações e esclarecimentos ao Edital do Pregão serão recebidos em até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão do Pregão.

8.2. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de até 3 (três) dias úteis.

8.3. Deferida a impugnação contra o Edital do Pregão, será designada nova data para realização do certame.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

9. FATURAMENTO, DO PAGAMENTO E DO REAJUSTE

9.1. Após a homologação da licitação será emitida Nota de Empenho a favor da(s) Adjudicatária(s), que após a entrega do objeto, conforme estabelecido no Termo de Referência, Anexo I, deverá(ão) protocolizar perante ao Tribunal de Contas do Estado, na Divisão Administrativa, a(s) Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s) correspondente(s).

9.2. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após protocolização e aceitação pelo TCE da Nota Fiscal/Fatura correspondente, devidamente atestada pela Divisão Administrativa.

9.3. Para efetivação do pagamento ainda será solicitada a apresentação do CRRC – Certificado de Regularidade de Registro Cadastral e outros documentos que possam ser considerados pertinentes pela Divisão de Orçamentos e Financias do TCE, devendo a contratada manter todas as condições de habilitação exigidas pela Lei.

9.4. Na ocorrência de rejeição da Nota Fiscal/Fatura, motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado no item 9.2, passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação.

9.5. Nenhum pagamento será efetuado à contratada, enquanto perdurar pendência em relação a parcela correspondente ou em virtude de penalidade ou inadimplência.

9.6. Os preços serão fixos e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses contados da apresentação da proposta. Após este período será utilizado o IPC-A (IBGE) como índice de reajustamento.

9.7. Ocorrendo atraso no pagamento em que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para o mesmo, a contratada fará jus à compensação financeira devida, desde a data limite fixada para pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela. Os encargos moratórios pelo atraso no pagamento serão calculados pela seguinte fórmula:

EM = N x Vp x (I / 365) onde:

EM = Encargos moratórios a serem pagos pelo atraso de pagamento;

N = Números de dias em atraso, contados da data limite fixada para pagamento e a data do efetivo pagamento;

Vp = Valor da parcela em atraso;

I = IPCA anual acumulado (Índice de Preços ao Consumidor Ampliado do IBGE)/100.

10. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. A aquisição do objeto desta licitação será efetuada à conta da classificação orçamentária 2010.201.01.032.3002.2.035, Grupo 04, natureza de despesas 4.4.90.52.10 (Automóveis e outros veículos automotores) do corrente exercício.

11. PENALIDADES

11.1. À licitante e à contratada que, incorrendo nas faltas referidas no art. 200 da Lei estadual nº 16.920/2010, não assinar o contrato ou instrumento equivalente, aplicam-se, segundo a natureza e a gravidade da falta, assegurados a ampla defesa e o contraditório, as sanções previstas nos artigos 201 e 204 da referida Lei.

11.2. A inexecução contratual, ou de instrumento equivalente, inclusive por atraso injustificado na execução, sujeitará a contratada, além das penalidades referidas no item anterior, à multa de mora, graduada de acordo com a gravidade da infração, obedecidos os seguintes limites máximos:



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

I – 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho ou do contrato, em caso de descumprimento total da obrigação, inclusive no caso de recusa do adjudicatário em firmar o contrato, dentro de 10 (dez) dias contados da data de sua convocação;

II – 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parte do fornecimento não realizado;

III – 0,7% (sete décimos por cento) sobre o valor da parte do fornecimento não realizado, por cada dia subsequente ao trigésimo.

11.3. Antes da aplicação de qualquer penalidade será garantido à contratada o contraditório e a ampla defesa. A multa será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo Tribunal de Contas do Estado de Goiás ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

12 . CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO

12.1. Após homologação será emitida Nota de Empenho em favor da(s) licitante(s) vencedora(s). O ajuste firmado entre as partes será formalizado através da Nota de Empenho, conforme faculta o § 2º do Art. 143 da Lei estadual nº 16.920/2010, na qual será registrado, no que couber, o disposto no Art. 137 da Lei estadual nº 16.920/2010.

12.2. Quando a licitante vencedora não apresentar situação regular, no ato da assinatura do contrato ou instrumento equivalente, ou recusar-se a assiná-lo, o Pregoeiro convocará as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, restabelecendo a sessão, para negociar diretamente com a proponente melhor classificada e respeitado os procedimentos já definidos neste Edital, será declarada a nova adjudicatária do objeto deste Pregão.

12.3. Neste caso, a recusa injustificada da adjudicatária, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades previstas em lei, exceção feita às licitantes que se negarem a aceitar a contratação, fora da validade de suas propostas.

12.4. Como condição para celebração do ajuste e durante a sua vigência, sempre que a administração o requerer, o fornecedor registrado deverá apresentar rol que contemple todo o quadro societário da empresa, constante inclusive os sócios anônimos, quando houver.

12.5. A rescisão das obrigações decorrentes do presente Pregão se processará de acordo com o que estabelecem os artigos 176 a 179 da Lei estadual nº 16.920/2010.

13. DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Este Edital deverá ser lido e interpretado na íntegra. Após o registro da proposta, não serão aceitas alegações de desconhecimento.

13.3. As licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

13.4. É vedada a subcontratação do objeto ora licitado, sem a expressa anuência da Tribunal de Contas do Estado de Goiás.

13.5. Na contagem dos prazos previstos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, considerando-se os dias consecutivos, exceto quando houver disposição em contrário. Somente se iniciam e vencem os prazos em dia de expediente regular e integral na Tribunal de Contas do Estado de Goiás.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

13.6. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento da licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

13.6.1. Exigências formais não essenciais são aquelas cujo descumprimento não acarrete irregularidade no procedimento, em termos de processualização, bem como não importem em vantagem a um ou mais licitantes em detrimento dos demais.

13.7. A contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições da licitação, os acréscimos ou supressões, nos termos do §1º do artigo 154, Lei estadual nº 16.920/2010.

13.8. A Administração poderá, até a assinatura do contrato ou outro instrumento equivalente, inabilitar a licitante sem direito à indenização ou ressarcimento e sem prejuízo de outras sanções cabíveis, se vier a ter conhecimento de fato ou circunstância anterior ou posterior ao julgamento da licitação que desabone a habilitação jurídica, as qualificações técnica e econômico-financeira e a regularidade fiscal da licitante. Neste caso, o Pregoeiro convocará as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, restabelecendo a sessão para negociar diretamente com a proponente melhor classificada, respeitando os procedimentos já descritos neste Edital até que seja o objeto adjudicado à licitante declarada vencedora.

13.9. É de responsabilidade da licitante o acompanhamento do processo pelo site: www.tce.go.gov.br até a data da realização da sessão pública de abertura do Pregão.

13.10. É facultado ao Pregoeiro ou autoridade competente, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública, salvo a situação prevista no item 5.4.9 deste Edital.

14. FORO

14.1. Na hipótese de procedimento judicial, fica eleito o Foro da Comarca de Goiânia - Goiás, para dirimir eventuais pendências oriundas do presente pregão, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Goiânia, 10 de agosto de 2010.

LUCIANA PIRES BORGES
EQUIPE DE APOIO

LUIZ PAULO BARBOSA DA CONCEIÇÃO
EQUIPE DE APOIO

NÍVIA DE OLIVEIRA FILHO
EQUIPE DE APOIO

PRISCILA SIQUEIRA PEU
EQUIPE DE APOIO

VICTOR DEUSDARA CRUVINEL
PREGOEIRO



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2010

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1 - Objeto

A presente licitação tem como objeto a aquisição 02 (dois) veículos utilitários, tipo “pick-up 0 (zero) quilômetro e o ano e modelo dos veículos deverão ser os mais recentes disponíveis no mercado para o consumidor final na data da entrega, sendo parte do pagamento 02 (dois) veículos usados de propriedade do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, conforme especificações constantes do Anexo II – , Especificações e Avaliação.

2 - Justificativa

Necessidade de renovação dos dois veículos uma vez que já apresentam alto custo em manutenção preventiva e corretiva.

3º Metas Físicas

Aquisição de 02 (dois) veículos utilitários, tipo “pick-up” e alienação, como parte de pagamento de dois veículos usados de propriedade do Tribunal de Contas do Estado de Goiás.

4º Valores Estimados

Preço unitário estimado dos veículos novos: R\$ 96.176,00 (noventa e seis mil cento e setenta e seis reais)

Preço total estimado dos veículos novos: R\$ 192.352,00 (cento e noventa e dois mil trezentos e cinquenta e dois reais)

Preços mínimos de cada um dos veículos usados de propriedade do Tribunal de Contas do Estado de Goiás a serem entregues como parte do pagamento dos veículos novos:

PICK-UP RANGER XLT	NGV7345	2007/2007	DIESEL	PRATA	R\$ 48.891,20
PICK-UP RANGER XLT	NGV7365	2007/2007	DIESEL	PRATA	R\$ 48.691,20

Preço total mínimo dos veículos usados de propriedade do Tribunal de Contas do Estado de Goiás a serem entregues como parte do pagamento dos veículos novos:

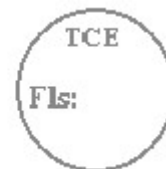
R\$ 97.582,40 (noventa e sete mil quinhentos e oitenta e dois reais e quarenta centavos);

Valor total do contrato (corresponde à diferença entre o preço total estimado dos veículos novos e o preço mínimo dos veículos usados:

R\$ 94.769,60 (noventa e quatro mil setecentos e sessenta e nove reais e sessenta centavos).

5º Adjudicação

O objeto deste Termo de Referência será adjudicado globalmente a uma única empresa, depois de atendidas as condições estabelecidas neste Termo de Referência.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

6º Prazo de entrega

A licitante vencedora ficará obrigada a fazer a entrega dos veículos novos no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da nota de empenho.

7º Local de entrega.

Os veículos deverão ser entregues na sede do Tribunal de Contas do Estado de Goiás – Praça Dr. Pedro Ludovico Teixeira nº 332 – Centro – Goiânia – Goiás.

8º Prazo de garantia e assistência técnica.

A garantia dos veículos deverá ser de no mínimo 2 (dois) anos a partir da data da entrega, sem limite de quilometragem.

O veículo ora licitado deverá dispor de Assistência Técnica Autorizada na cidade de Goiânia

9º Proposta de preços

Nas propostas de preços deverão estar inclusos os gastos com emplacements dos veículos, transferências dos veículos para o nome do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, seguro obrigatório e IPVA, que deverão ser pagos pelo licitante vencedor.

10º VISTORIA

As licitantes deverão vistoriar os veículos de propriedade do Tribunal de Contas do Estado de Goiás a serem utilizados como parte do pagamento do objeto deste Termo de Referência, para inteirar-se das condições dos referidos veículos, em companhia de servidor do Serviço de Transporte.

As licitantes deverão agendar data e horário junto ao Serviço de Transporte para a realização de vistoria, pelos telefones (062) 3201-9068

A licitante deverá se apresentar para a vistoria munida da Declaração de Vistoria, a qual deverá ser atestada pelo Diretor Administrativa/Chefe do Serviço de Transporte, ou outro servidor designado para esse fim.

11 º Os encargos do Tribunal de contas do Estado de Goiás e da licitante vencedora

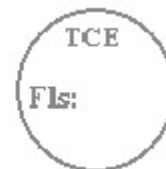
Caberá ao Tribunal do Estado de Goiás

Encaminhar, durante o período de garantia, os veículos novos para manutenção preventiva e corretiva somente em empresas autorizadas;

Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto, que venham a ser solicitados pelos empregados da licitante vencedora;

Assumir a responsabilidade pelos prejuízos causados aos veículos em decorrência de defeitos provenientes de operação imprópria, mau uso e negligência de terceiros;

Em qualquer uma das hipóteses, a reparação será feita mediante orçamento prévio, devidamente autorizado pela Administração do Tribunal de Contas do Estado de Goiás



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

Sustar o recebimento dos veículos novos se os mesmos não estiverem de acordo com a especificação apresentada e aceita;

Entregar os veículos usados de sua propriedade, utilizados como parte do pagamento, na mesma data do recebimento definitivo dos veículos novos fornecidos, com o DUT – Documento Único de Transferência, devidamente preenchido e assinado com reconhecimento de firma, feito por Cartório de Goiânia/Goiás;

Solicitar a substituição dos veículos novos se no período de 30 (trinta) dias apresentarem defeitos sistemáticos de fabricação, devidamente comprovados pela constante necessidade de manutenção corretiva;

Durante o prazo de substituição ora previsto, deverá ser colocado à disposição do Tribunal de Contas do Estado de Goiás pela licitante vencedora, outro veículo com as mesmas características;

Supervisionar a entrega dos veículos novos e usados e a assistência técnica aos primeiros, por intermédio do Serviço de Transportes do Tribunal de Contas do Estado de Goiás.

Caberá à licitante vencedora:

Responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes do fornecimento dos veículos novos e aceitação dos veículos usados, tais como:

- a) salários;
- b) seguros de acidentes;
- c) taxas, impostos e contribuições;
- d) indenizações;
- e) vales-refeição;
- f) vales-transporte; e
- g) outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo.

Responder pelos danos causados diretamente à Administração do Tribunal de Contas do Estado de Goiás ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da entrega dos veículos novos e retiradas dos veículos usados, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou ao acompanhamento pelo Tribunal de Contas do Estado de Goiás.

Responder, ainda, por quaisquer danos causados diretamente aos veículos novos, aos veículos usados e a outros bens de propriedade do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, quando estes tenham sido ocasionados por empregados credenciados para a entrega dos veículos novos e retirada dos veículos usados;

Usar tão-somente instrumentos e ferramentas recomendados pelo fabricante do veículo durante as manutenções preventivas e corretivas;



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o veículo, se este apresentar vícios, defeitos ou incorreções resultantes da fabricação, manutenção preventiva e/ou corretiva ou de peças empregadas;

Substituir qualquer peça do veículo encaminhado para manutenção, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis;

Colocar à disposição do Tribunal de Contas do Estado de Goiás outro veículo com as mesmas características, quando o conserto não for efetuado no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis;

O veículo colocado à disposição do Tribunal de Contas do Estado de Goiás deverá possuir as mesmas características do retido para conserto;

Apresentar, sempre que solicitado, documento que comprove a procedência das peças destinadas à manutenção;

Comunicar ao Serviço de Transporte do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários;

Substituir o veículo se, no período de 30 (trinta) dias, apresentar defeitos sistemáticos de fabricação, devidamente comprovados pela constante necessidade de manutenção corretiva;

Durante o prazo de substituição ora previsto, deverá ser colocado, à disposição pela licitante vencedora, outro veículo com as mesmas características à disposição do Tribunal de Contas do Estado de Goiás;

Providenciar às suas expensas a transferência do veículo novo para o nome do Tribunal de Contas do Estado de Goiás;

Manter os seus empregados sujeitos às normas disciplinares do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, quando dentro do recinto deste Órgão, porém sem qualquer vínculo empregatício com este;

Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências do Tribunal de Contas do Estado de Goiás;

Manter, ainda, os seus empregados devidamente identificados por crachá quando em trabalho no recinto deste Órgão, devendo substituí-los imediatamente caso sejam considerados inconvenientes à boa ordem e às normas disciplinares do Tribunal de Contas do Estado de Goiás;

Arcar com a despesa decorrente de qualquer infração seja qual for, desde que praticada por seus empregados quando da entrega ou da assistência técnica aos veículos novos e da retirada dos veículos usados objeto deste Termo de Referência;

Comunicar à Administração do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessários;

Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Termo de Referência.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

12º OBRIGAÇÕES SOCIAIS, COMERCIAIS E FISCAIS

À licitante vencedora caberá, ainda:

Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o Tribunal de Contas do Estado de Goiás

Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando da execução do objeto do contrato ou em conexão com ele, ainda que acontecido em dependência do Tribunal de Contas do Estado de Goiás;

Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas à execução do contrato, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência; e

Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação deste Termo de Referência.

A inadimplência da **licitante**, com referência aos encargos estabelecidos na condição anterior, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à Administração do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, nem poderá onerar o objeto deste Termo de Referência, razão pela qual a **licitante vencedora** renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o Tribunal de Contas do Estado de Goiás.

13º OBRIGAÇÕES GERAIS

Deverá a licitante vencedora observar, também, o seguinte:

É expressamente proibida a contratação de servidor pertencente ao Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas do Estado de Goiás durante a vigência do contrato;

É expressamente proibida a veiculação de publicidade acerca do contrato, salvo se houver prévia autorização da Administração do Tribunal de Contas do Estado de Goiás

É vedada a subcontratação de outra empresa para o fornecimento dos veículos objeto deste Termo de Referência.

14º ENTREGA DOS VEÍCULOS NOVOS E DOS VEÍCULOS USADOS

Os veículos deverão ser entregues na Divisão Administrativa/Serviço de Transporte do Tribunal de Contas do Estado de Goiás da, situado na Praça Dr. Pedro Ludovico Teixeira nº 332 Centro Goiânia – Goiás, em dia de expediente normal, no horário de 08 as 12 e das 14 às 18 horas.

A entrega dos veículos usados à licitante vencedora dar-se-á após o recebimento definitivo dos veículos novos, na garagem do Tribunal de Contas do Estado de Goiás da, situado na Praça Dr. Pedro Ludovico Teixeira nº 332 Centro Goiânia – Goiás, com os D.U.T. – Documento Único de Transferência, devidamente preenchidos e assinados com o reconhecimento de firma, feito em cartório de Goiânia/Goiás.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

A transferência poderá ser feita a quem a **licitante vencedora** indicar, mediante termo de sub-rogação a ser submetido ao Tribunal de Contas do Estado de Goiás, competindo, neste caso, ao sub-rogado a assinatura do recibo de entrega dos veículos usados.

15 ° RECEBIMENTO DOS VEÍCULOS

O recebimento dos veículos deverá ser efetuado por uma Comissão de 3 (três) membros, designados pelo Diretor Geral/ Diretor Administrativo do Tribunal de Contas do Estado de Goiás

Os veículos deverão ser recebidos da seguinte forma:

Provisoriamente, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, contados da efetiva entrega no Divisão Administrativa/Serviço de Transporte do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, para efeito de posterior verificação da conformidade dos mesmos com as especificações; e

Definitivamente, no prazo máximo de **5 (cinco) dias úteis**, após a verificação da conformidade dos veículos e conseqüente aceitação.

A Comissão a fará a verificação da originalidade dos acessórios e itens exigidos no **Anexo III** - Termo de Referência

16 ° ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

A execução do objeto do contrato será acompanhada e fiscalizada pelo Diretor Administrativo/ Chefe do Serviço de Transporte ou por servidor designado para esse fim, representando o Tribunal de Contas do Estado de Goiás;

O representante anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com o fornecimento dos veículos novos e retirada dos veículos usados, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

As decisões e providências que ultrapassarem a competência do Diretor Administrativo/Chefe do Serviço de Transporte deverão ser solicitadas ao Diretor Geral do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

A licitante vencedora deverá manter preposto, aceito pela Administração do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, durante o período de vigência do contrato, para representá-la administrativamente sempre que for necessário.

17 ° ATESTAÇÃO DAS NOTAS FISCAIS/FATURAS

A atestação das notas fiscais/faturas referentes ao fornecimento dos veículos novos caberá ao Diretor Administrativo, ou a outro servidor designado para esse fim, com base no relatório elaborado pela Comissão designada pelo Diretor Administrativo/Diretor Geral.

18 ° PAGAMENTO

O Tribunal de Contas do Estado de Goiás dará como parte do pagamento os 02 (dois) veículos usados de sua propriedade, relacionados no Anexo II deste Edital, ao preço proposto pela licitante vencedora, respeitado o valor mínimo de avaliação.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

A despesa com a transferência de propriedade dos veículos usados entregues como parte do pagamento deverá ocorrer por conta da licitante vencedora, que terá o prazo de 30 (trinta) dias para efetuar a transferência;

A entrega dos veículos usados dar-se-á após o recebimento definitivo dos veículos novos fornecidos pela licitante vencedora.

Entregues e recebidos definitivamente os veículos novos, a licitante vencedora apresentará Nota Fiscal/Fatura de fornecimento para liquidação e pagamento da despesa pelo Tribunal de Contas do Estado de Goiás, em mediante ordem bancária creditada em conta corrente no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados da apresentação dos documentos na Divisão Administrativa do Tribunal de Contas do Estado de Goiás.

O Tribunal de Contas do Estado de Goiás reserva-se o direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, a prestação não estiver de acordo com a especificação apresentada e aceita.

O Tribunal de Contas do Estado de Goiás poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela licitante vencedora, nos termos deste Termo de Referência.

Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira ou previdenciária, sem que isso gere direito à alteração de preços ou compensação financeira por atraso de pagamento.

19º AUMENTO OU SUPRESSÃO

No interesse da Administração do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, o valor inicial atualizado do contrato poderá ser aumentado ou suprimido até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), conforme disposto no Artigo 154, parágrafos 1º, 3º da Lei nº 16.920, de 08 de fevereiro de 2010.

A licitante vencedora fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições licitadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários; e

Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido nesta condição, exceto as supressões e acréscimos resultantes de acordo entre as partes.

20º. PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA

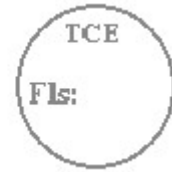
A proposta deverá ter prazo de no mínimo ser de (60) sessenta dias.

21º RESPONSÁVEL PELO TERMO DE REFERÊNCIA

Divisão Administrativa – Diretor Administrativo.
Carlos Augusto Quinta

22º CONSIDERAÇÕES FINAIS

A licitante deverá citar em sua proposta, ou encaminhar posteriormente, o nome e o número do telefone, para possíveis contatos, da pessoa que ficará responsável pela prestação dos serviços objeto deste Termo de Referência, caso seja a vencedora.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

23º FORO

As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Tribunal de Justiça do Estado de Goiás com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Divisão Administrativa do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS, em Goiânia, 02 de agosto de 2010.

Carlos Augusto Quinta.
Diretor



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

ANEXO II

Orçamento Estimado aquisição 02 (dois) veículos utilitários, tipo “pick-up 0 (zero) quilometro

Item	Quantidade	Valor unitário	Valor Total
VEÍCULOS UTILITÁRIOS, TIPO “PICK-UP”	02	R\$ 96.176,00	R\$ 192.352,00

Divisão Administrativa do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS, em Goiânia, 02 de agosto de 2010.

Carlos Augusto Quinta.
Diretor



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

ANEXO III

Relação dos veículos Avaliados do Tribunal de Contas do Estado

VEÍCULOS	PLACA	ANO MODELO	TIPO DE COMBUSTÍVEL	COR	VALOR UNITÁRIO*
PICK-UP RANGER XLT	NGV7345	2007/2007	DIESEL	PRAT A	R\$ 48.891,20
PICK-UP RANGER XLT	NGV7365	2007/2007	DIESEL	PRAT A	R\$ 48.691,20
TOTAL					R\$ 97.582,40

***Observação :** Valor mínimo estimado de cada veículo usado de propriedade do Tribunal de Contas do Estado e Goiás serem entregues como parte de pagamento dos veículos novos.

VEÍCULOS	PLACA	KM RODADO*	CHASSI
PICK-UP RANGER XLT	NGV7345	51.780	8AFER13P27J093353
PICK-UP RANGER XLT	NGV7365	56.235	8AFER13P97J093351

* Quilometragem aferida em 02 de agosto de 2010

Divisão Administrativa do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS, em Goiânia, 02 de agosto de 2010.

Carlos Augusto Quinta.
Diretor



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

ANEXO IV

Especificação Técnica dos veículos novos

EQUIPAMENTOS DE SÉRIE

Ajuste de altura da coluna de direção.
Aquecedor
Ar Condicionado
Barras estabilizadoras dianteiras
Barras estabilizadoras traseiras
Cintos de Segurança retráteis – ajustes de altura dianteira.
Controles Internos Iluminados
Direção hidráulica
Eixo traseiro com diferencial antiderrapante
Ganchos de reboque frontais
Luz elevada de freio – Break light
Sistema de imobilização eletrônica antifurto - PATS
Tacômetro (conta-giros)
Tampa traseira removível
Tomada de força 12 V
Trava elétrica das portas com controle remoto
Trio elétrico

DEMAIS EQUIPAMENTOS

Air Bag de Motorista e passageiro (duplo)
Ajuste de altura no banco do motorista
Ajuste lombar no banco do motorista
Bancos e volante revestidos em tecido
Bancos individuais
CD player MP3
Computador de bordo
Console central porta-objetos
Espelho retrovisor pintado na cor no veículo
Estribos cromados
Faróis de neblina
Freios ABS nas quatro rodas
Pára-choques e grades do radiador cromados/ou na cor do veículo
Pneus 245/75 R16
Proteção da Caixa de Rodas na cor do Veículo
Rodas de alumínio R16
Tapetes
Capota marítima sanfonada com chave.
Isulfilme
Protetor de caçamba

CARROCERIA

Cabine Dupla com 4 portas laterais
Cor Prata
Capacidade para transportar no mínimo cinco pessoas, incluindo o motorista
Carga Útil 1000 Kg no mínimo



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

MOTORIZAÇÃO

Motor Turbo Diesel
Potência 160 cv ou superior
Tração 4X4
Alimentação Injeção Eletrônica
Marchas 5 marchas sincronizadas à frente e 1 à ré

Observação:

Pick-up 0 (zero) quilometro e o ano e modelo dos veículos deverão ser os mais recentes disponíveis no mercado para o consumidor final na data da entrega,

Divisão Administrativa do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS, em Goiânia, 02 de agosto de 2010.

Carlos Augusto Quinta.
Diretor



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO**

ANEXO V

MODELO DE TERMO DE VISTORIA DOS VEÍCULOS USADOS

TERMO DE VISTORIA DOS VEÍCULOS USADOS

DECLARO, na qualidade de representante da empresa _____, com sede em _____, fone, _____, que vistoriei em ____/____/2010, os veículos usados indicados no Termo de Referência – Anexo I do Pregão Presencial n.º 00, tendo tomado conhecimento das condições de uso e conservação dos veículos.

Goiânia, de _____ de 2010.

NOME COMPLETO _____
CI/RG ou CPF: _____

Assinatura do Representante _____
Visto: _____
Servidor do TCE-GO



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2010

ANEXO VI - MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À HABILITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº _____ / _____

PROCESSO Nº _____

OBJETO: _____

DECLARAÇÃO

..... inscrito no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº.....DECLARA, sob as penas da lei, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação constantes do Edital acima referido.

_____, ____ de _____ de 2010.

Representante Legal
(com carimbo da empresa)



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2010

ANEXO VII - PLANILHA MODELO DE PROPOSTA

PROCESSO: 201000047002278
NOME DA EMPRESA:
ENDEREÇO:
CNPJ/MF:
INSCRIÇÃO ESTADUAL/MUNICIPAL:
PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA:

PROPOSTA DE PREÇOS:

Item	Quantidade	Valor unitário	Valor Total
VEÍCULOS UTILITÁRIOS, TIPO "PICK-UP", 0KM	02	R\$ 0,00	R\$ 0,00

*Os valores grafados por extenso deverão ser transcritos abaixo desta tabela de Proposta de Preços.

A licitante declara que os preços incluem todos os custos diretos e indiretos, encargos tributários, transportes, encargos trabalhistas, dentre outros.

_____, em ___ de _____ de 2010.

Representante Legal
(com carimbo da empresa)



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2010

ANEXO VIII - OUTRAS DECLARAÇÕES

PREGÃO PRESENCIAL Nº _____ / _____

PROCESSO Nº _____

(NOME DA EMPRESA) _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, por meio de seu representante legal (nome) _____, inscrito no CPF/MF sob o nº _____, portador do RG nº _____,

a) DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 118 da lei estadual nº 16.920, de 08 de fevereiro de 2010, acrescido do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e que não emprega menor de dezesesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

b) DECLARA, para os devidos fins e a quem possa interessar, que na perda das condições de habilitação, na superveniência de fatos impeditivos de contratar com o poder público e na perda da capacidade técnica estabelecida no instrumento convocatório, contrato e legislação, compromete-se a comunicar imediatamente o Tribunal de Contas do Estado, sob as penas da Lei.

c) DECLARA, para todos os fins de direito e sob as penas da lei que **não possui** em seus quadros de empregados e em seu corpo societário/acionário cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, ou por afinidade, até o segundo grau, de Conselheiros, Auditores e Procuradores de Contas do Tribunal de Contas do Estado de Goiás.

Goiânia, _____ de _____ de 2010.

Representante Legal
(com carimbo da empresa)